

EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL: experiências a partir da extensão universitária*¹

Eblin Farage
Francine Helfreich

Não se pode falar dos não-intelectuais, porque os não-intelectuais não existem... Todos os homens são intelectuais; mas nem todos cumprem a função de intelectuais na sociedade.

(Gramsci 2000a, p.18)

INTRODUÇÃO

Uma grave crise sanitária se abate sobre o mundo com a pandemia da Covid-19 (SARS-Cov-2). Uma crise que se encontra com duas outras grandes crises: a estrutural do capitalismo e a do chamado socialismo real. A confluência dessas três grandes crises explícita, de forma absolutamente violenta, a desigualdade gerada pelo capital e sua condição de inviabilizar conquistas, por menores que sejam, à classe trabalhadora. Revela-se uma combinação entre o moderno e o arcaico em plena sociedade do século XXI, assim a superexploração da força de trabalho, aliada a um conjunto de contrarreformas, incide na vida da classe trabalhadora de forma violenta, aviltante e desumanizadora.

Só no Brasil, a Covid-19 matou mais de 600 mil pessoas e contaminou mais de 25 milhões, isso desconsiderando a conhecida subnotificação real dos registros oficiais. A subnotificação não é uma questão de incapacidade do poder público em diagnosticar a doença ou resultado da precarização do sistema público de saúde, como julgam alguns, mas uma orientação política que busca iludir a população com dados imprecisos e irreais, a exemplo do que se tornaram as propagandas de fake news no país, na busca de um chamado “novo normal”, ainda mais aviltante para a classe trabalhadora.

Assim, um país doente pela apropriação privada da riqueza socialmente produzida, também adoece pela desinformação, pela ideologia, pelo processo de alienação, pois como afirma Konder (2009, p. 147) “[...] o conteúdo de classe marca toda a produção ideológica burguesa como tal [...] independentemente dos desígnios subjetivos do seu autor ou autores, ela contribui para defender os privilégios de classe da burguesia.”. A defesa dos privilégios da burguesia, pautada na inversão do real e em fake news, levaram milhares de brasileiros e brasileiras, inclusive segmentos da classe trabalhadora, a apostar que o projeto de governo que poderia melhorar o Brasil era o da extrema direita. Assim, em outubro de 2018, o resultado de um processo de alienação e propulsão do senso comum, nos termos de Gramsci (2001), levou ao Planalto Central do país um governo com uma política baseada em perspectivas fundamentalistas, milicianas e militarizadas.

É diante dessa conjuntura, de recrudescimento do conservadorismo, fragmentação da organização de classe, pauperização dos trabalhadores, desemprego, subemprego, aumento da miséria, aumento da fome e contrarreformas, que somos chamados a refletir sobre o fazer profissional dos assistentes sociais, em suas possibilidades e limites, considerando sua condição de trabalhador assalariado.

*DOI – 10.29388/978-65-81417-71-0-0-f.172-188

¹ Este texto sintetiza análises do autor, em parte já publicadas em livros ou artigos de revistas, as quais são retomadas, re-vedendo-se aspectos e acrescentando-se outros, de forma a contribuir com os propósitos desta coletânea.

Assim, as reflexões trazidas nesse texto pretendem contribuir para o debate premente, em nossa avaliação, sobre a relação necessária e desafiadora entre Serviço Social e Educação Popular, tendo como referência o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP) e a perspectiva da emancipação humana, incompatíveis com a sociabilidade imposta pelo capital.

Na primeira parte trabalharemos alguns elementos e pressupostos que nos possibilitam reconhecer a educação popular como uma demanda e também como uma possibilidade para o Serviço Social. Nesse sentido, consideramos o desenvolvimento capitalista combinado e desigual como fundamental para a compreensão das desigualdades e a conjuntura de aprofundamento da crise estrutural do capital e do recrudescimento do conservadorismo como elemento que impõe uma sociabilidade ainda mais usurpadora da vida e dos direitos sociais. Na segunda parte traremos reflexões dos desafios postos ao Serviço Social a partir dos pressupostos norteadores do Projeto Ético Político explicitado no código de ética e na lei que regulamenta a profissão. E no terceiro ponto, à luz dos elementos debatidos anteriormente, partilhar a experiência de criação e desenvolvimento do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE), desde sua origem na Favela da Maré até sua implementação na UFF, como espaço que, a partir das experiências de pesquisa e extensão, contribui para a formação profissional a partir da perspectiva crítica e da experimentação de experiências contra hegemônicas baseadas na perspectiva da Educação Popular.

Pressupostos para reflexão sobre os desafios da relação Serviço Social e Educação Popular

Quais são para nós os caminhos possíveis entre educação popular e Serviço Social? Essa é a primeira questão que nos toma quando pensamos os desafios e a formação profissional pautados no Projeto Ético Político (PEP), tendo como horizonte a superação da ordem do capital. Desafio que deve ser analisado à luz do processo histórico que constitui a profissão; dos elementos da educação popular, enquanto estratégia de contribuição para elevação da consciência crítica dos sujeitos sociais; e, em especial, diante da necessidade de capilarizar o projeto societário marcado no horizonte do PEP.

Assim, se torna mister pensar que, para além das determinações históricas que conformam a profissão, marcados pelo percurso que se origina no conservadorismo de cunho religioso e na pretensa tutela sobre a classe trabalhadora, passamos por um processo de reformulação a partir de elementos postos pelo Movimento de Reconceitualização, em sua fase progressista, em especial a partir das experiências do método BH²; ingressamos no mundo da teoria crítica; e nos legitimamos como uma profissão com princípios e pressupostos anticapitalistas, mas enfrentamos, no século XXI, um estágio de recrudescimento do conservadorismo.

E é nesse contexto de crise estrutural do capitalismo e de crise do chamado socialismo real, em que se vive no Brasil e em países da América Latina, Europa e América do Norte a ascensão da extrema direita, que somos impulsionados a pensar quais os vínculos, experiências e pressupostos que podem contribuir para a defesa de um projeto contra-hegemônico à ordem e à sociabilidade do capital.

Nesse sentido, uma das tarefas iniciais, para tratarmos da relação entre Serviço Social e educação popular, se inscreve no desafio de recuperar a estrutura da sociedade de classes que, nas últimas duas décadas, tem sido negada por diferentes autores, os quais, entre

² Experiência desenvolvida em Minas Gerais, mais especificamente na cidade de Itabira, entre 1972-1975, por um projeto da Universidade Católica de Minas Gerais em articulação com a antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA), que traz ações inovadoras sobre forma e conteúdo no tratamento aos usuários.

outros argumentos, defendem o fim da centralidade do trabalho e a conciliação das classes, em busca do que consideram “um capitalismo humanizado”.

Recorrendo a Marx e Engels (1997, p. 09) e revivendo sua compreensão sobre a origem da sociedade capitalista, é necessário reafirmar que “[...] a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não suplantou os velhos antagonismos de classe. Ela colocou no lugar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta.”. Apesar dessa compreensão ter sido escrita, ainda no século XIX, não há como negar que permanece atual ainda hoje.

Apesar da falácia do fim da sociedade de classes, é inevitável reconhecer, em especial em momentos de aprofundamento da crise como a vivenciada pelo mundo moderno com a pandemia da Covid-19³, que a ordem do capital, de priorizar o lucro em detrimento da vida, assim como de sua organização pautada na propriedade privada e na mercadorização da vida, continuam a ser a norteadoras dessa sociabilidade.

Passados mais de 150 anos da escrita e publicação do Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels (1997), parece que a simplificação inicial dos antagonismos de classe⁴, caracterizado pela sociedade burguesa incipiente, se complexificou. Não porque novas classes tenham surgido, mas porque o fetiche do capitalismo, que turva a realidade, camufla as evidências e invisibiliza as desigualdades, propiciou, a partir das orientações neoliberais, a construção de uma sociabilidade pautada na individualização.

Como afirma Anderson (1995, p. 23, grifo nosso),

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. **Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos**, criando sociedades marcadamente mais desiguais, **embora não tão desestatizadas** como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, **disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios**, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um domínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje. **Esse fenômeno chama-se hegemonia**, ainda que naturalmente, milhões de pessoas não acreditem em suas receitas e resistam a seus regimes.

A análise de Perry Anderson nos ajuda a compreender os desafios que temos pelo caminho, em especial se nossa referência, enquanto categoria profissional, é a garantia dos direitos sociais e a contribuição para o processo de emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras. O reconhecimento de que o neoliberalismo contribuiu para o aprofundamento da desigualdade e prima pela desestatização da sociedade, rebate diretamente no fazer profissional de uma categoria que tem como base estruturante as contradições impostas pela Questão Social. Diante da ampliação da pobreza e da desigualdade, a resposta dada pelo Estado, via políticas públicas, é objeto das reivindicações centrais na atuação do Serviço Social, pois, mesmo nos limites da sociabilidade do capital, se constitui como a possibilidade imediata de garantir a reprodução social de parcelas significativas dos subalternos.

Porém, em uma conjuntura de sucessivo agravamento político, social e econômico, a ação do Estado, via políticas públicas, vem sendo substituída por ações privadas, filantrópicas e assistencialistas. A sociedade “nem tão desestatizada”, como afirma

³ Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em início de outubro de 2020, já havia 36.361.054 casos de contaminação e 1.056.186 mortes em todo o mundo. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁴ Para os autores, a sociedade da época dividia-se “[...] cada vez mais em dois campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado.” (MARX e ENGELS, 1997, p. 10)

Anderson (1995), na segunda década do século XXI, aponta para a completa desestatização. No Brasil, com a ascensão da extrema direita na gestão do governo federal e de alguns governos estaduais, nem mesmo estatais em áreas estratégicas, como Banco do Brasil e Petrobras, estão sendo poupadas das especulações sobre privatização. Da mesma forma, a proposta de emenda constitucional 32/2020, designada como Reforma Administrativa, entre tantos ataques aos direitos conquistados, sinaliza a desestruturação definitiva das políticas públicas e sociais ao impor o fim dos concursos públicos com estabilidade; a substituição dos cargos de chefia nos órgãos públicos, até então exclusivos do funcionalismo público, por pessoas nomeadas sem nenhuma vinculação pública; ao chefe de Estado, a autoridade de extinguir órgãos e remanejar cargos. No Brasil, mesmo que mais tardiamente do que em outros países, o projeto neoliberal de desestatização se intensificou, aliado ao recrudescimento do conservadorismo e ao fundamentalismo religioso que parece pairar sobre os direitos sociais.

A crise extrema também se reverbera na base material que está em profunda transformação, ampliando o número de pessoas em situação de extrema pobreza no país. A Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) continuada de 2019 apontou que mais 170 mil novas pessoas passaram a integrar esse grupo, ampliando-o para 13,8 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 6,7% da população brasileira vive com menos de 1,9 dólar por dia. Aliado a isso, uma profusão de *fake news* tem contribuído para a conformação do imaginário social baseado no fundamentalismo, na perspectiva militarista e no ódio e a levar amplos segmentos da classe trabalhadora, com as quais o Serviço Social trabalha cotidianamente, a identificarem no projeto desumanizador, uma alternativa para sua condição de vida. Assim, com o apoio dos grandes meios de comunicação, se fortalece a hegemonia dos grupos econômicos que, mais uma vez, mesmo em meio à pandemia mundial do novo coronavírus, demonstram sua prioridade aos lucros em detrimento da vida.

Nesse percurso de conquista ideológica por parte do capital, os elementos de impacto na vida cotidiana da classe trabalhadora merecem centralidade em nossas reflexões. Como afirma Konder (2009, p. 24, grifo do autor):

Uma das evidências mais chocantes do nosso tempo, por exemplo, é a da disparidade em que se encontram o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, de um lado, e as condições materiais de vida da generalidade dos povos, de outro. Como foi possível a humanidade partir para o desbravamento do espaço cósmico, como foi possível a humanidade ter chegado a dominar as energias e as leis da natureza a ponto de lançar satélites artificiais e mandar naves espaciais à Lua, *sem ter chegado a suprimir a fome da face da terra?*

Nesse sentido é importante parametrizar o impacto do papel do Estado na vida cotidiana da classe trabalhadora como um elemento de perpetuação da lógica desigual e combinada com a qual a sociabilidade capitalista se organiza. Como afirma Ianni (2004), o arcaico e o moderno coexistem, aparentemente, pacífica e naturalmente na mesma sociedade.

A desnaturalização da desigualdade como elemento estruturante da sociedade de classe, junto com o racismo, o machismo e o sexismo, é foco de uma atuação profissional comprometida com o projeto ético-político do Serviço Social e que pode ser mediada por práticas de educação popular, como elemento formador e de contribuição para o processo de identificação de classe dos sujeitos.

Assim, as ações do Estado ganham destaque, pela forma como organizam a vida social, pela regulamentação das políticas públicas e pela sociabilidade que impulsiona a desestatização e a desregulamentação dos direitos sociais, legalizando a exploração e naturalizando a desigualdade. Uma das principais expressões da atuação do Estado é marcada na

contrarreforma trabalhista, que retira direitos históricos da classe trabalhadora e desregulamenta as relações trabalhistas, indicando a “autonomia” dos trabalhadores e o empreendedorismo como saídas para o desemprego. Assim, constroem uma sociedade cada vez mais *uberizada*, na qual, como afirma Antunes (2018), o emprego passa a ser um “privilégio da servidão”.

Para Gramsci, o Estado em seu sentido ampliado é formado por “[...] sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção.” (GRAMSCI, 2001, p. 244-245). Sob essa perspectiva é possível analisar as contradições no bojo do Estado de classe, se compreendermos que, como afirmou Marx (2007), a classe que domina economicamente também domina politicamente e dita os rumos da consciência social, construindo aparelhos privados de hegemonia para manutenção de um determinado ordenamento apassivado dos trabalhadores.

Segundo Yamamoto (2007, p. 120):

O marxismo clássico já estabelecia as funções que pertencem ao domínio do Estado: criar as condições gerais da produção; controlar as ameaças das classes dominantes ou frações das classes dominantes, através de seu braço repressivo (exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário); e integrar as classes dominantes, garantindo a difusão de sua ideologia para o conjunto da sociedade. Essas funções coercitivas se unem às funções integradoras, destacadas pela análise gramsciana, exercidas pela ideologia e efetivadas por meio da educação, cultura, dos meios de comunicação e categoriais do pensamento.

Nesse sentido, entender o Estado como um aparelho privado de hegemonia da burguesia pressupõe considerar as disputas inerentes à busca pela hegemonia por determinada classe social. Nessa análise, considera-se a hegemonia como base para a manutenção dos interesses da classe burguesa, economicamente hegemônica, e para o desenvolvimento capitalista, tendo o Estado como estrutura central.

Para Gramsci (2001, p. 48),

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.

O capitalismo, como uma forma de organização das relações sociais, pressupõe não apenas uma maneira de produzir mercadorias, mas, sobretudo, uma forma de organizar a vida social dos sujeitos, passando pelo processo de estruturação social até a conformação de leis para a manutenção dos interesses inerentes à classe economicamente dominante, tendo como elemento central desse processo de organização e conformação social a dimensão ideológica.

Como afirmam Yamamoto e Carvalho (1995), o capitalismo gera não apenas um modo de produzir, mas também um modo de pensar, que condiciona a vida dos sujeitos em todas as suas dimensões e não apenas no trabalho. Nesse sentido, as políticas públicas e sociais, sob a égide da sociabilidade capitalista, se constituem a partir de uma dimensão contraditória, como garantia de direitos à classe trabalhadora e ao mesmo tempo, pela mesma ação, conforma os sujeitos, de forma subalternizada, apassivada. Essa contradição acaba por circundar a ação profissional dos assistentes sociais, gerando contradições para uma ca-

tegoria profissional que, pela sua realidade de trabalhador assalariado, tem sua ação profissional implicada em uma perspectiva de adaptação e não de emancipação.

Assim, os assistentes sociais, diante das contradições e da desigualdade produzidas pela sociedade do capital e referenciados no projeto ético-político da profissão, deveriam ter como desafio a busca de formas de mediação para uma prática profissional comprometida com os processos de formação da consciência social, de organização dos trabalhadores e de desvelamento do sistema de exploração intrínseco ao capitalismo. Para um processo mediacional sob essas condições, as práticas e a perspectiva da educação popular podem ser uma importante chave.

Serviço Social e Educação Popular: caminhos que se cruzam para reafirmar o Projeto Ético Político da profissão

Considerando os pressupostos tratados anteriormente, consideramos que o Serviço Social é uma das poucas profissões que, através de suas entidades organizativas e posicionamentos ético-políticos, assume valores e princípios anticapitalistas. Esses apontam para a luta e superação da sociedade burguesa e, por conseguinte, para a contraposição a toda forma de exploração e opressão.

A partir da elaboração do Projeto Ético-Político (PEP), gestado no Congresso da virada de 1979, “[...] o Serviço Social brasileiro assume um conjunto de posições ideológicas e avança substancialmente na construção de uma cultura profissional e na consolidação de uma *direção social estratégica*.” (NETTO, 1996, p. 116, grifo do autor). O salto teórico, metodológico e ético-político, bem como o aprofundamento do processo organizativo da categoria profissional deram o tom do que a profissão é hoje. Uma profissão que, diante dos antagonismos das relações sociais, se legitima na divisão social do trabalho e se afirma também como potencializadora de enfrentamentos à sociabilidade do capital.

O acúmulo produzido pelo Movimento de Reconceituação deixou um legado importante à profissão, na medida em que, passados mais de trinta anos, temos uma lei de regulamentação que explicita atribuições e competências profissionais e um Código de Ética que reivindica a liberdade enquanto valor central, além de apresentar uma concepção de indivíduo social distinto da lógica individualista típica da sociabilidade burguesa, que se restringe a ideia de cidadão-consumidor. A profissão forjou um conjunto de normas e resoluções que reiteram que o exercício profissional não pode discriminar e nem pode ser discriminado por motivos de classe social, gênero, condição física, etnia, orientação social, geração entre outros. Além disso,

Expressa seu compromisso com a socialização da participação política, mas também da riqueza que, produzida cada vez mais social e coletivamente, é apropriada por poucos. Afirma o compromisso profissional com a capacitação continuada e com a qualidade dos serviços prestados (CRESS, 2013, p. 06).

Trata-se de um posicionamento profissional que transgride valores, os quais, lamentavelmente, se naturalizaram na vida contemporânea, legitimando as concepções pós-modernas, conservadoras e os comportamentos típicos de uma sociabilidade marcada pelo desrespeito e o individualismo. Concepções essas, muitas vezes, ratificadas pelas autoridades governamentais e pelos “gurus” de plantão que ocultam as relações de exploração de classe. Isso posto, temos uma chave interpretativa para relacionar a perspectiva hegemônica da profissão a uma determinada concepção de Educação Popular. Esta apresenta similitudes com a profissão quando expõe valores e princípios fundamentais ancorados em uma

“[...] opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária.” (CFESS, 1993, p. 16).

Embora pareça algo utópico nos tempos em que vivemos, o projeto profissional forjado não se limita a sua dimensão normativa, quando interpretado apenas à luz do conjunto de leis e normatizações da profissão. Ao contrário, reafirma a possibilidade de uma formação e um fazer profissional comprometidos com um horizonte emancipador, assim como ocorre com os valores que sustentam a educação popular.

A educação popular traz no âmago das suas ações a dimensão de classe. E pode contribuir no processo formativo da consciência cujo objetivo principal “[...] deve ser o de contribuir para a elevação da sua consciência crítica, do reconhecimento da sua condição de classe e das potencialidades transformadoras inerentes a essa condição.” (VALE, 2001, p. 57). Deste ponto de vista, o conjunto de valores e princípios reivindicados pela profissão, passando pelo crivo da aspereza da realidade social aparentemente como coisas contraditórias e excludentes, nos fazem lembrar Yamamoto, quando enfatiza a necessidade de entender a profissão como “[...] uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício e controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora.” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1995, p. 94). Isso, que poderia ser uma grande contradição, se expressa como desafio à profissão que possui valores antagonicamente distintos dessa realidade, já que o serviço social

Participa também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois polos inseparáveis de uma mesma unidade (IAMAMOTO e CARVALHO, 1995, p. 94-95).

Se por um lado, o Estado como maior empregador reforça valores diferentes daqueles construídos pela categoria profissional, abre-se um lastro de possibilidades para um fazer profissional dialeticamente diferente das requisições profissionais, sobretudo, quando reivindicamos a educação popular. Seria exatamente o que Marx sintetizou em uma de suas sábias palavras: “[...] os seres humanos fazem sua própria história, mas não a fazem como querem, mas sim sob circunstâncias em que se encontram e que lhes foram transmitidas pelo passado.” (MARX, 2007, p. 203). Ou seja, não escolhemos onde fazer a história e muito menos a fazemos em condições ideais ou adequadas. Estamos inseridos em uma realidade determinada, entretanto, agimos sobre ela e podemos transformá-la na medida em que conseguimos ler a realidade para além do aparente. E é nesse sentido que a profissão avança ao se aproximar da teoria social crítica e da educação popular, tal como a assistente social Silveira (2004) a caracterizou

1- Como um investimento político que constrói um lugar voltado para o processo de conhecimento da realidade. 2- Como espaço que vai possibilitar o trânsito do senso comum ao bom senso. Lugar de apropriação individual e coletiva, no qual está presente uma dimensão ideológica fundamental: a de compreender a base de estruturação da vida social sob o capitalismo e da conformação possível de alternativas de organização da vida social, sob outras bases. 3- Como espaço das classes trabalhadoras a conformar outro NÓS, antagônico ao hegemônico, este último constituído sob a égide do individualismo, da ausência de solidariedade etc. Portanto, espaço no qual possam ser experimentados novos valores, novos pensares, numa dimensão de práxis na qual ativamente se busca a elaboração da realidade a partir de uma perspectiva humano-social. 4- Finalmente, um espaço no qual os sujeitos possam exercer o singular exercício de suas próprias sínteses, redefinindo e recriando referências de vida, sentidos novos à sua existência individual e coletiva (SILVEIRA, 2004, p. 122).

A educação popular traz à profissão uma contribuição fundamental para a realização de mediações imprescindíveis a um fazer comprometido com as valorações éticas. Na América Latina, a educação popular contribuiu para dar visibilidade às histórias silenciadas das culturas e das pedagogias dos povos que foram usurpados de suas terras e culturas. No Brasil, as principais sínteses foram realizadas pelo pernambucano Paulo Freire que, considerado o patrono da Educação, consolidou um grande arcabouço reflexivo sobre a educação popular. Suas reflexões, inicialmente sobre as suas próprias práticas e sobre o contexto sociopolítico da época, onde teceu duras críticas ao autoritarismo da ditadura empresarial militar instaurada em 1964, encontram-se principalmente nas obras *Pedagogia da Esperança* e *Pedagogia da Autonomia*. Mas será em *Pedagogia do Oprimido*, onde encontraremos suas principais sínteses e apostas.

A crítica à educação bancária deslocou o aluno/educando da condição de sujeito passivo a sujeito transformador da sua própria história. As contribuições de Paulo Freire se espraiaram com sua metodologia de ensinar adultos a ler e escrever. Foi justamente pela possibilidade dos adultos lerem o mundo que ela se tornou objeto de tantas preocupações para aqueles que abominam as forças populares.

No país, as experiências mais relevantes ocorreram sob influência freiriana e, contraditoriamente, no período desenvolvimentista. Conforme os estudos de Bezerra e Rios (2005), no período entre 1945 e 1958, três modos de intervenção educativa marcaram o movimento e, somados às novas contribuições surgidas na fase 1959-1964, repercutiram sobre as práticas educativas desenvolvidas na década de 1960: a presença educativa da Igreja – sobretudo, a Católica, nos meios populares; a extensão rural; o desenvolvimento de comunidades (BEZERRA, 2005). Enquanto isso, o Serviço Social, na sua fase desenvolvimentista, marca sua história no que se relaciona à atuação dos profissionais nos meios populares. As ações nos meios populares ocorrem até hoje. Talvez o Serviço Social seja uma das profissões que mais conheça a vida cotidiana dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Mas como o passar do tempo, embora permaneçamos atuando nos meios populares, percebemos um rareamento de discussões nos currículos e no fazer profissional sobre a educação popular nos últimos vinte anos. Contraditoriamente essas discussões aflo-raram na agenda dos movimentos sociais e da profissão com a ascensão da extrema direita no país.

Como o fazer profissional é caracterizado pela rotina, pela necessidade de respostas rápidas e pela espontaneidade necessária para a reprodução do indivíduo e da profissão, há uma tendência na atuação profissional em lateralizar as ações grupalizadoras em prol dos atendimentos individuais, onde quase sempre o imediatismo se presentifica. Conforme Santos (2009, p. 278), “[...] existe uma tendência teórica no âmbito dos próprios fundamentos da Política Social que individualiza o trato das expressões da questão social e atribui aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades.”. Essas determinações acabam por influir sobre o exercício profissional nas diversas instituições onde o profissional atua. O contraponto a isso seria a ênfase nos trabalhos de grupo, elemento central nas ações de educação popular. Porém, a demanda excessiva inviabiliza o uso desse instrumento técnico operativo e, no atual momento de pandemia, qualquer tipo de aglomeração é contraindicada. A lógica das diferentes políticas sociais, sobretudo as da Assistência Social, aposta na responsabilização dos indivíduos e das famílias em face da sua condição de pobreza. Opor-se a esta noção é central e, portanto, é atribuição do profissional de Serviço Social mostrar aos usuários a necessidade de se ultrapassar o imediatismo e a individualização das mazelas sociais em direção à coletivização das mesmas. Esse é um ponto nevrálgico para a profissão. Dialogando com Coelho (2008, p. 324):

A prática profissional imediata, circunscrita à fenomenalidade e aparência, deixa-se prender apenas à multiplicidade das atividades emergenciais cotidianas. Nessas condições, a prática profissional do assistente social restringe-se somente ao atendimento das demandas explicitadas pelos usuários, às rotinas e aos procedimentos estabelecidos no fluxograma institucional, amortecendo os conflitos e individualiza as sequelas da questão social.

Assim, aposta-se que, para aproveitarmos o legado sócio-histórico da Educação Popular no Brasil, tanto na formação quanto no exercício profissional, é necessário voltar os olhos para as experiências pregressas, ater-se a elas e se apropriar do êxito das mesmas. No que tange à educação, o incômodo imediato decorre daqueles que a compreende como elemento de lucro, alienação e controle; e no que tange as suas ideias, decorre das possibilidades de desvelamento das contradições postas na sociedade que vivemos.

Diante de tantos desafios para a realização do fazer profissional mediado pela educação popular, as ações extensionistas do NEPFE vêm ao longo dos anos buscando parametrizar suas ações pela Educação Popular. Sempre assumindo o pressuposto de que é preciso compreender a realidade social, considerar o saber popular e dialogar com as demandas da sociedade através da relação com os movimentos sociais. Assim, no item subsequente, apresentaremos algumas reflexões sobre os projetos de extensão realizados pelo NEPFE com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e como o Fórum de Luta por Moradia de Niterói, em que as ações desenvolvidas buscaram potencializar a capacidade organizativa de luta por direitos sociais.

NEPFE: uma experiência de interface entre Serviço Social, Formação Profissional e Educação Popular

O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE), tem sua origem marcada pela perspectiva da educação popular como matriz geradora de uma perspectiva de educação e formação que reconhece os moradores das favelas como sujeitos de sua história.

A primeira experiência de educação popular de Paulo Freire foi realizada em meados dos anos de 1960 no interior pernambucano através das atividades de alfabetização de adultos junto a trabalhadores da construção civil. O educador pernambucano contribuiu através de suas ações para ampliar a leitura do mundo, possibilitando a organização coletiva desses trabalhadores enquanto classe. Assim também começou a experiência de formação na favela da Maré. Inicialmente pela motivação de possibilitar o acesso ao ensino superior para os moradores das dezesseis comunidades que compõem o complexo de favelas e, posteriormente, mais do que ler palavras e ter um diploma, passou-se a buscar a participação ativa no mundo, não mais na condição subalterna e de adequação ao imediato possível, mas impulsionando sonhos e desejos, que historicamente foram negados aos moradores das favelas e periferias de um país desigual como o Brasil.

O NEPFE é impulsionado por uma organização autônoma de moradores da Maré que, chegando ao ensino superior, em sua maioria em instituições públicas, voltam-se para sua realidade e buscam, pela organização comunitária, fazer com que outros moradores possam alterar seus destinos. Assim, dão início, no final da década de 1990, a um projeto de curso pré-vestibular popular, que em pouco tempo se tornou o maior e mais potente projeto social, gerido por uma organização não governamental⁵, na Maré. O impacto desse projeto coletivo logo começou a ser sentido a cada vez que um jovem ou uma jovem da

⁵ Em 1997, foi criado o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), por iniciativa de moradores e ex-moradores da Maré que haviam acessado o ensino superior. Em 2007, em decorrências de divergências políticas o grupo se separa e uma nova instituição é criada a Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes da Maré).

Maré ingressava no ensino superior público, assim como ocorreu com Marielle Franco⁶, vereadora assassinada na cidade do Rio de Janeiro e que foi da primeira turma do pré-vestibular comunitário da Maré. A frutificação desse trabalho coletivo, que ousou impulsionar sonhos, projetos de vida e perspectivas para os moradores do maior complexo de favelas do Rio de Janeiro, gerou muitas sementes, que germinaram nas fissuras do concreto e estão se constituindo em novos e maravilhosos frutos cultivados em muitos lugares, mas em especial na favela. Assim como as palavras geradoras do método Paulo Freire, também na Maré, à vida concreta e real geraram lutadores e muitas lutas, a partir da leitura do mundo e da constatação de que a favela é a expressão da desigualdade produzida pela sociabilidade capitalista.

É no bojo dessa realidade de formação com o intuito de impulsionar a organização e a luta dos moradores da Maré que, nos idos dos anos 2000, uma nova experiência é gestada a partir do trabalho de formação política realizado pelas autoras deste artigo junto com jovens nascidas e crescidas na Maré e que haviam acessado o ensino superior público a partir da inserção no pré-vestibular comunitário. Assim, mediado pela necessidade de qualificar a formação acadêmica, com um pé fincado no território, com o objetivo de gerar conhecimento, pesquisas e dados que pudessem impulsionar a luta por direitos e políticas públicas, o NEPFE é criado em 2009⁷.

Entre as várias motivações que nortearam a construção do NEPFE, destacam-se: 1) a necessidade de produção de pesquisas e produções que reflitam sobre o cotidiano das favelas e espaços populares; 2) a proposta de constituição de uma rede de pesquisadores oriundos e/ou inseridos em espaços populares e favelas e vinculados às universidades públicas; e 3) necessidade de produção de conhecimento que contribua para a diminuição dos estereótipos, preconceitos e visões homogeneizadoras sobre esses territórios, buscando influir na constituição de políticas públicas.

Os primeiros anos de existência do núcleo foram dedicados a trabalhos de formação, pautados na educação popular, voltados para moradores da Maré e trabalhadores inseridos nos projetos sociais da organização não governamental que abrigava o NEPFE. Temas como educação popular, território, espaço popular, Estado, desenvolvimento capitalista e tantos outros estudos formativos sempre primaram por um fazer que implicava análise crítica da realidade que ocorria sob uma articulação envolvendo estudo, mobilização e organização. A partir desse tripé muitas ações foram desenvolvidas, impulsionando pesquisas, estudos, dissertações e teses sobre a complexa realidade das dezesseis comunidades da Maré. Logo de início, com a equipe de pesquisadores do NEPFE, foi realizado um levantamento preliminar de dissertações, teses e livros produzidos tendo como tema central a questão urbana e a favela.

Em 2012, já com as autoras desse artigo inseridas na Universidade Federal Fluminense (UFF), como docentes, o NEPFE foi vinculado à Universidade e ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ). Essa mudança no lugar de sua localização, inclusive física, acarretou mudanças no que se refere ao foco do trabalho desenvolvido pelo núcleo de pesquisa.

O NEPFE continuou a ter como centro os estudos e produções sobre a questão urbana, com ênfase nas diferentes dimensões da vida cotidiana nas favelas e nas formas de resistência e organização dos trabalhadores, em especial os movimentos sociais urbanos. Promovendo estudos que percorrem a constituição urbana carioca, o desenvolvimento ca-

⁶ Marielle Franco, vereadora da cidade do Rio de Janeiro e Anderson Gomes, seu motorista foram assassinados à tiros no dia 14 de março de 2018 quando a vereadora saía de uma atividade com o movimento negro. Desde então, a partir de investigações que levantam suspeitas sobre grupos milicianos e o envolvimento de políticos, a sociedade e as organizações políticas do campo progressista repetem a pergunta: Quem mandou matar Marielle?

⁷ O NEPFE foi criado vinculado a REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ (Redes da Maré), organização não governamental fundada por moradores e ex-moradores da Maré.

pitalista desigual e combinado que impulsiona a conformação de diferentes territórios na cidade, o processo de mercantilização da cidade e a organização dos movimentos sociais urbanos, uma nova fase se inicia, agora agregada à formação profissional para os e as discentes de Serviço Social da UFF. Assim, pautada no tripé ensino-pesquisa-extensão, o núcleo passou a ter uma forte ênfase na relação: formação profissional, educação popular, movimentos sociais e questão urbana.

Nesse sentido, desde o início, antes mesmo de se reorganizar para interconectar a formação profissional do Serviço Social às atividades já desenvolvidas na Maré, o NEPFE já tinha e defendia uma perspectiva de universidade pública pautada no projeto classista de educação. Projeto que considera o ensino superior um direito de todos e que tem por base o preceito conquistado na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 207, segundo o qual “[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). Um projeto que também se assenta sobre a compreensão de que:

A universidade pública é uma das instâncias onde deve ocorrer, de forma integrada, a formação profissional e a reflexão crítica sobre a sociedade, assim como a produção do conhecimento, o desenvolvimento e a democratização do saber crítico em todas as áreas da atividade humana. Suas funções básicas, o ensino, a pesquisa e a extensão, devem ser desenvolvidas de forma equilibrada, articulada e interdisciplinar (ANDES-SN, 2013, p. 17).

Sob a perspectiva de reforçar a formação profissional e tendo como referência as Diretrizes Curriculares e o Projeto Ético Político do Serviço Social, a extensão universitária pode se constituir em importante espaço de interação entre teoria e prática e de inserção em experiências reais de formação profissional que reafirmem o direito dos trabalhadores.

Outro aspecto fundamental do trabalho extensionista, fortemente calcado nas ações do NEPFE, é a possibilidade de permitir, aos segmentos da população ainda fora do universo acadêmico, o acesso à universidade pública e, assim, ratificar o caráter social das instituições públicas, fortalecer a troca de saberes com a sociedade e contribuir na formação profissional.

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987, p. 01 grifo original).

Nesse sentido, a elaboração e efetivação de projetos extensionistas que articulem a experiência produzida nas universidades públicas e reafirmem o caráter social e emancipatório, bem como o compromisso com os interesses da classe trabalhadora, passa por realizar ações em articulação com movimentos sociais de diferentes áreas e com políticas públicas e sociais que reafirmem os direitos conquistados.

Considerando essas dimensões, socializamos duas experiências extensionistas do NEPFE que reafirmam o caráter da universidade pública brasileira, contribuem para a formação profissional dos estudantes de Serviço Social, reafirmam as políticas públicas de educação como conquista social e os princípios do projeto ético político da profissão como norteadoras da formação e da direção social da ação profissional. Experiências que na prática e na perspectiva se pautaram na educação popular.

O projeto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no Rio de Janeiro

Em 2014, o NEPFE dá início a uma parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que, depois de 10 anos afastado de ações no estado do Rio de Janeiro, retoma sua organização nas cidades de São Gonçalo e Niterói.

O MTST é um movimento de atuação territorial que surge no final da década de 1990 com o escopo de conquista de moradia digna, mas almejando também desencadear um processo mais amplo de luta por uma nova cidade, contra a especulação imobiliária e o Estado que a protege. Embora a bandeira central do movimento seja a moradia digna, o movimento parte do princípio que o trabalhador que não tem acesso ao direito de morar - o sem teto - também não tem acesso à educação, saneamento básico, aos atendimentos de saúde, ao transporte coletivo, à infraestrutura básica e a muitas outras necessidades básicas. Assim, a luta por moradia é compreendida como uma luta maior, que abrange melhores condições de vida.

A partir dessa compreensão, a ação concentra-se nas ocupações de terras urbanas, pressionando diretamente os proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construindo um processo de organização autônoma dos trabalhadores. Além disso, uma forma de ação estratégica para o MTST são os bloqueios de rodovias e avenidas importantes. Por meio da ação direta, coletiva e organizada o movimento busca ressignificar, em ato, o terreno, criando um episódio no combate à especulação imobiliária e sua cadeia de agenciamentos, bem como à dinâmica atávica de segregação urbana na formação social brasileira.

O movimento realizou três ocupações no estado do Rio de Janeiro, sendo a primeira na cidade de São Gonçalo em 2014 e as outras na cidade de Niterói, uma em 2015 e outra em 2018. O processo de mobilização do MTST não se encerra com o final das ocupações, mas permanece em constante mobilização e articulação junto aos trabalhadores. O ato da ocupação constitui apenas a primeira fase de mobilização, responsável pelo maior tensionamento com o poder público. O NEPFE, através da extensão universitária, esteve imbricado com esses processos tanto durante as ocupações como nas fases posteriores.

A atuação do Serviço Social (professores, alunos e profissionais articulados pelo NEPFE) se iniciou com o cadastro geral dos acampados, realizado desde os primeiros dias das ocupações. Percebeu-se nesse momento que havia falta de informações dos moradores sobre as mais diversas demandas sociais como documentação, escolarização, moradia, trabalho, dentre outras. Todavia, esse cadastro inicial tinha um formato sucinto para maior objetividade da contagem do número de famílias. A equipe sistematizou as informações obtidas com o cadastro e as repassou ao movimento, potencializando, de forma concreta, a luta junto ao poder público, a partir da sistematização das demandas e das informações sobre a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras acampadas.

A partir da análise do cadastro inicial, identificou-se a necessidade de elaborar um instrumento que possibilitasse obter informações mais profundas e detalhadas sobre a população, de forma a potencializar o planejamento de ações da equipe social constituída jun-

to ao acampamento. Assim, foi elaborado e aplicado extenso questionário social que possibilitou mapear as condições de vida e os acessos aos direitos. Os resultados desse questionário evidenciaram demandas sociais das mais diversas, como questões relativas à documentação civil e o acesso às políticas sociais. As informações obtidas a partir desse questionário se desdobraram em atividades como oficinas sobre o acesso a direitos, obtenção de documentação e atividades de formação política. A equipe do NEPFE divulga as oficinas e realiza alguns levantamentos durante a participação nas assembleias realizadas pelo MTST junto aos acampados. A participação dos extensionistas nas assembleias se caracterizava como uma forma de estabelecer diálogo com os trabalhadores.

Também foram realizadas visitas domiciliares a algumas famílias com o objetivo de propiciar auxílio no acesso aos direitos e em instruções de questões diversas para garantir que as famílias estivessem dentro dos quesitos exigidos para o acesso à moradia. Situação recorrente foi a obtenção do NIS⁸ (Número de Identificação Social) que os futuros proprietários das moradias devem possuir, mas que era um direito desconhecido da maioria.

A experiência pioneira, realizada pelo NEPFE junto com o MTST, buscou estabelecer uma organização das demandas em período prévio à conquista efetiva das moradias. Como forma de garantir o acesso ao direito à moradia, foi realizado pelos extensionistas do núcleo um mapeamento das instituições e equipamentos públicos que realizavam a cobertura da área dos moradores que participaram das ocupações. O mapeamento objetivou garantir informações exatas para a população sobre o que cada equipamento oferecia e, assim, possibilitar o encaminhamento correto, evitando que os trabalhadores passassem por muitas instituições e fossem, por vezes, reativizados.

O núcleo realizou ainda oficinas em que as temáticas eram provenientes de demandas apresentadas pelos trabalhadores ou das necessidades identificadas nos questionários. O projeto com o MTST não foi algo estático, mas em constante transformação, a partir das demandas reais apresentadas. Buscava-se sempre incluir os discentes da graduação em todas as atividades, com vistas a trazer, para os futuros assistentes sociais, maior aproximação com os movimentos sociais.

O que se apreende com esta experiência é que o Serviço Social pode apresentar contribuições para os movimentos sociais, mas, sem dúvida, tem muito a aprender nessa área. A inserção de assistentes sociais nos movimentos sociais possibilita visualizar a intervenção profissional em área pouco experienciada nas duas últimas décadas e, assim, pensá-la de maneira crítica, problematizando o caráter histórico da atuação profissional.

O projeto Formação política, direitos sociais e educação Popular com o Fórum de Lutas por Moradia

Desde 2018 iniciamos uma parceria com o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) da Universidade Federal Fluminense onde se executa o Programa de extensão: *A Universidade pública e o direito à cidade: assessoria a movimentos sociais do Estado do Rio de Janeiro*. Nesta parceria o NEPFE realiza o projeto *Formação Política, Educação popular e Direitos Sociais*. O objetivo central desse projeto é desenvolver ações educativas e formativas que contribuam no acesso a direitos sociais na perspectiva da formação política de moradores e integrantes do Fórum de Lutas por Moradia. O Fórum é considerado um dos mais relevantes movimentos sociais de luta por moradia e direitos da cidade. Possui uma periodicidade quinzenal de encontros onde moradores, lideranças comunitárias e apoiadores

⁸ O Número de Inscrição Social, mais conhecido como NIS, é um número que identifica os trabalhadores brasileiros e cidadãos cadastrados em programas sociais. É uma forma de identificar o cidadão cadastrado em diversos programas sociais. Ver mais em: <https://direitosbrasil.com/nis/>

de diferentes movimentos sociais se encontram para debater, propor e se organizar politicamente, tendo em vista as demandas relacionadas ao direito à cidade.

Para tanto, estas ações nos impõem uma análise teórico-prática. Para isso, reiteramos a compreensão que o direito à cidade não se restringe a um direito jurídico exclusivamente, mas também, como nos ensina Lefebvre (2001, p. 135):

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.

Nesse sentido, as atividades do Fórum são perpassadas pela apresentação de diferentes demandas que atravessam o cotidiano dessas pessoas que, a rigor, lutam por melhores condições de vida, já que se trata de uma parcela da população que sofre as determinações de uma crise urbana que se aprofunda paulatinamente. São situações como despejo, ameaça de desabamento, incêndios, legalização fundiária, falta de vagas em escola, desemprego, entre tantas outras questões que surgem enquanto demandas no Fórum. Para exemplificar, ano passado houve o maior processo de despejo da cidade dos últimos anos, e as trezentos e noventa famílias que residiam no edifício Nossa Senhora da Conceição, conhecido como “Prédio da Caixa”, localizado na Avenida Amaral Peixoto, no Centro da cidade de Niterói, sofreram uma ação de despejo promovida pelo Ministério Público e apoiada pela Prefeitura da cidade de Niterói.

Através de ações grupalizadoras, foram realizadas ações que visavam contribuir no processo de formação política de moradores, dirigentes, militantes e famílias engajadas na luta pelo direito à cidade mediante a metodologia da educação popular. Nos encontros, além de acolher as demandas, buscou-se sistematizá-las com o intuito de que todos pudessem compreender o quanto essas dificuldades não são individuais, mas comuns na vida dos demais participantes. Assim, essas ações permitem contribuir na compreensão de um recorte de classe, pois questões assumidas como singulares se tornam coletivas na medida em que ocorrem prioritariamente na vida de uma parcela da população: aquela composta pelos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Esse não é um trabalho simples. Pressupõe escuta atenta, construção de confiança política e mediações para que essas pessoas, tão vitimizadas pelo próprio Estado, possam sentir-se acolhidas e confiantes para externar suas avaliações e, de forma coletiva, trocarem seus saberes e construir estratégias coletivas de resistência.

Nos estudos de Gramsci (2001) há uma valorização sobre a necessidade de respeitar o “saber popular”, mesmo este se apresentando de forma inorgânica e fragmentada; tal postura não significa se eximir de realizar uma avaliação crítica das opiniões e das “crenças” disseminadas no “senso comum”, de modo a estabelecer uma relação dialética com o “bom senso” presente em tantos conhecimentos. A análise gramsciana aponta a necessidade de aprender a criar um distanciamento crítico do saber “acumulado” e “repassado” oficialmente, visto não como óbvio e natural, mas como organizado e administrado por uma classe que tem objetivos políticos. É a partir dessa consciência que as classes populares e seus intelectuais passam a demarcar os elementos de ruptura e de superação em relação às concepções dominantes, ao operar uma nova síntese, na medida em que adquirem “[...] uma progressiva consciência da própria personalidade histórica.” (GRAMSCI, 2001, p. 02). Como colocamos nas linhas introdutórias deste texto, para Gramsci todos os homens são intelectuais; não há não-intelectuais, todos trazem consigo conhecimentos e a capacidade de se relacionar com o outro e ser sujeito da história. E é nessa perspectiva que reiteramos como concepção que orienta nosso projeto a apreensão de que a educação popular é um

elemento que pode contribuir no processo de consciência, mas que este não é linear e nem simples, pois se dá na aspereza da realidade social.

No que se refere à especificidade do projeto, é nítido o quanto o grupo vem avançando do ponto de vista de compreender as características contraditórias da cidade. Percebem como suas demandas são tratadas ou “invisibilizadas” em Niterói. Cidade reconhecida pelo seu alto Índice de Desenvolvimento Humano, mas que esconde em suas periferias, favelas e espaços populares a forma como o Estado se faz presente através de políticas públicas ineficazes e insuficientes.

Por fim, com todas as dificuldades existentes hoje para a realização de ações extensionistas engajadas dentro da universidade, não seria exagerado dizer que, talvez, o NEP-HU e os pré-vestibulares populares sejam os espaços que, através de o seu programa e projetos de extensão, mais tragam ‘o povo’ para dentro da Universidade. Um espaço que acolhe aqueles que de fato constroem a riqueza da sociedade, mas não se apropriam dela, e, portanto, passam gerações sem acesso à universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios para uma categoria profissional, que se reconhece como parte da classe trabalhadora e reconhece o sistema de invisibilização das desigualdades sociais produzidas pela lógica capitalista, são de enorme monta nessa quadra histórica. Mais uma vez, os e as assistentes sociais, tendo como referência o PEP, são convocados a se posicionar, assim como no período da ditadura civil-militar, em uma conjuntura de absoluto recrudescimento do conservadorismo e de avanço da extrema direita, no Brasil.

Assim, de forma aligeirada e breve, deixamos breves provocações, que devem ser debatidas e ampliadas, na busca de uma profissão comprometida com o horizonte da superação da ordem do capital. Para tal destacamos: a necessidade de agregar, de forma central, na formação profissional debates de raça, gênero, questão urbana e ambiental, movimentos sociais e da educação popular; não hierarquizar os debates de classe-gênero-raça, assim como dar ênfase na necessária organização autônoma dos trabalhadores no âmbito da formação e da prática profissional; realocar o debate sobre o Estado, superando o horizonte do possível dentro da ordem e da reforma do possível na ordem do capital; e, recuperar o sentido dos intelectuais orgânicos, referenciado em Gramsci(2001) e da ação pedagógica do Serviço Social nos termos de Abreu (2002).

Reconhecendo os enormes desafios e compreendendo que a tarefa tende a ser mais exitosa se compartilhada coletivamente, pensamos que reflexões que problematizem a formação e ao fazer profissional podem contribuir para uma ação mais comprometida com a resistência, a organização, a mobilização e a elevação da consciência crítica dos sujeitos demandantes das políticas públicas e sociais que têm os assistentes sociais como mediadores de direitos.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. **Serviço Social e organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo *In*: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (org) **Pós-Neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANDES-SN. **Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira**. Brasília: ANDES-SN, 2013.

ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BEZERRA, A.; RIOS, R. M. M. M. Percorrendo os caminhos da Educação Popular: um olhar. *In*: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO POPULAR RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2004. **Anais** [...]: UFRJ, 2004. 1 CD-ROM.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD)**. Brasília, IBGE 2009.
Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45767.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

CRESS (Conselho Regional de Serviço Social) (Org.) **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

CFESS. **Código de Ética profissional dos assistentes sociais**. Brasília: CFESS, 1993.
Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: nov. 2020.

COELHO, M. A. **Imediaticidade na prática profissional do assistente social**. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FORPROEX (I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas – Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 1987.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, v. 2 - Antonio Gramsci: os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Ed. e trad. de Carlos N, Coutinho. Coed. de Luiz S. Henriques e Marco A. Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 1-6. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico metodológica**. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempos de Capital Fetiche** - Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

IANNI, O. **Pensamento Social no Brasil**. São Paulo: Editora EDUSC, 2004.

KONDER, L. **Marxismo e Alienação**: Contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

LEVEBRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

MARX, K. **O dezoito Brumário de Luiz Bonaparte**. v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 2007.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

SANTOS, F. H. dos. A Ação dos Assistentes Sociais nos CRAS do Município do Rio de Janeiro, Território e a Política de Assistência Social entre 2004 e 2008. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 272-290. 2009.

SILVEIRA, M. L. S. da. Educação popular: novas traduções para um outro tempo histórico. *In*: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO POPULAR RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2004. **Anais** [...]: UFRJ, 2004. 1 CD-ROM.

VALE, Ana Maria do. **Educação Popular na escola pública**. São Paulo: Editora Cortez, 2001.